

ISSN 0101 708X

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

G **BOLETIM**
GOIANO *de*
Geografia

INSTITUTO DE ESTUDOS
SÓCIO-AMBIENTAIS/GEOGRAFIA

VOL. 21 - N.º 2 - JUL./ DEZ. 2001

TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIDADE: OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A RETERRITORIALIDADE DO CAMPESINATO NO ESPAÇO AGRÁRIO DO CERRADO MINEIRO¹

*Paula Junqueira da Silva*²

Essas situações que idealizam uma situação trágica podem parecer bastante romântica. A situação revolucionária, é certo, restitui ao espaço e aos homens valores de um ideal. (Frémont, 1980: 249)

1. Investigando o Território

As reflexões que nortearam este ensaio fundamentam-se na compreensão dos diferentes processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização produzidos no cerrado mineiro após modernização da agricultura desencadeada nos anos 1970 e consolidada nos anos 1990. Essa compreensão objetiva-se em chegar em repostas que nos façam esclarecer os processos que contribuíram para a materialização dos assentamentos rurais na região como uma nova territorialidade do campesinato³ no espaço agrário de Minas Gerais nas décadas finais do século XX.

Nas duas últimas décadas do século citado acompanhamos importantes transformações no espaço agrário do Brasil. No caso do Cerrado mineiro tais transformações podem ser verificadas através do sucesso do modelo de produção voltado ao mercado externo e pela consolidação do complexo agroindustrial. Beneficiando apenas grandes e médios produtores, em detrimento das pequenas unidades de produção, leia-se ao campesinato³, o

¹ Trabalho final da disciplina Identidade, Território e Territorialidades, do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do IESA-UFG, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Maria Geralda de Almeida.

² Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação e Mestranda em Geografia: Natureza e apropriação do espaço no Cerrado. E-mail: paula_junqueira@hotmail.com.

³ Trataremos do significado do campesinato no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba na terceira parte deste trabalho.

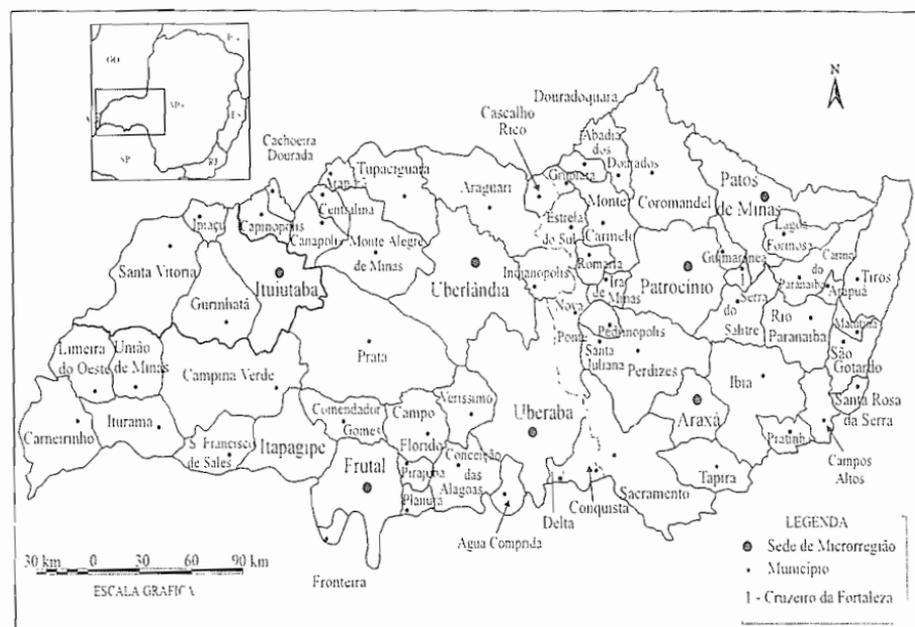
modelo adotado consolidou-se à custa da expropriação dos trabalhadores do campo de seu meio de produção – a terra e, como reflexo, da expulsão desta população marginalizada que acabou migrando para os centros urbanos e/ou mantiveram-se no campo vendendo sua mão-de-obra aos grandes proprietários. Este processo, desencadeado a partir dos anos 70, significou os reflexos da territorialização do capital na fronteira agrícola brasileira. Como estratégia de manutenção e ampliação do poder da classe dominante do campo, a penetração do capitalismo na agricultura do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Fig. 01) transformou a paisagem “improdutiva” do cerrado em um grande celeiro de grãos (soja, café e milho, principalmente), arrasou a histórica identidade agropecuária local e desintegrou a tradicional agricultura familiar da região. No caso específico do Alto Paranaíba, a expansão das lavouras cafeeiras teve grande representatividade no processo de transformação espacial na mesorregião.

Entre os responsáveis pela modernização no Cerrado agrário do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba estão os programas governamentais de aproveitamento racional do cerrado, em destaque para o PCI – Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados (1970), PADAP – Programa de Assentamento Dirigido de Assentamento do Alto Paranaíba (1972), POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1974) e PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (1978). (Pessôa e Silva, 1999). Esses programas foram implantados baseados no discurso do Estado que propunha superar o latifúndio improdutivo, por um fim à agricultura atrasada – “entreve” para o desenvolvimento do país – e promover a industrialização brasileira, evitando, dessa forma, a realização de uma reforma agrária.

Este discurso partiu, na verdade, de uma visão conservadora da elite agrária brasileira. Segundo Linhares e Silva (1999) essa visão não previa a mudança na estrutura fundiária do país. A mudança viria através do aumento da produtividade proporcionada pelo incremento da tecnologia no campo. Este incremento tecnológico, entretanto, deveria ser voltado à produção de cultura de exportação, exóticas às áreas destinadas para a agricultura no Cerrado.

SILVA, Paula Junqueira da. *Territorialidade e Desterritorialidade: Os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro*. Boletim Goiano de Geografia, 21 (2): 83-101. jul./dez. 2001.

Figura 01– Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba



Fonte: CLEPS JÚNIOR, 1998.⁴

De acordo com o pensamento conservador a produção de culturas de subsistência, praticada sobretudo pelos pequenos produtores, deveria ser substituída pelas grandes lavouras tecnificadas. Neste momento o campesinato no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba começa a desaparecer.

Tal fato, longe de ser harmônico, resultou na intensificação, a partir dos anos 1980, dos conflitos sociais no Cerrado de Minas Gerais. A luta para permanecer na terra significou na estratégia de resistência e manutenção do campesinato em um território ao qual ele já fazia parte, ou seja, ela representava a reafirmação da territorialidade de uma classe do campo que estava sendo marginalizada pela força do capital.

Podemos afirmar que houve de fato um desenvolvimento desigual e contraditório no Cerrado. Esse processo dialético, resultante das novas relações

⁴ CLEPS JÚNIOR, João. *Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial: o caso do Triângulo Mineiro*. Rio Claro: UNESP, 1998. (Tese, Doutorado em Geografia).

estabelecidas entre homem x natureza e homem x homem, para territorializar-se se fez à custa da exclusão⁵ de uma parcela da população, isto é, da desterritorialização do camponês. A chegada do “novo” e a intenção de “racionalização” da produção agrícola no cerrado inverteram a ordem estabelecida nessa área⁶: a associação entre capital e tecnologia tomou frente da situação e inverteu a inércia das relações arraigadas naquele meio; o núcleo familiar como força motriz das propriedades não é mais o mesmo. (Gonçalves, 1999: 69).

Ao considerarmos esses processos como reflexos sintomáticos do poder da modernização conservadora fica-nos explícito a necessidade de lançarmos mão de uma categoria chave da Geografia – o Território⁷ – e, a partir dela e da sua construção, desenvolvermos a discussão da nossa problemática. Dessa forma, conforme define Souza (1995:78) a idéia concebida sobre o território “é de ser fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e partir das relações de poder”.

No caso de nosso trabalho, não se trata em entender o território apenas como um mero substrato fixo, ou uma parte qualquer da superfície terrestre em que Estado-Nação exerce seu poder e estabelece seus limites. Na verdade o território que nos interessa compreender permeia sobre essas características, porém não apenas nelas. Acima da noção estática, biológica apontada pela Geografia Política e pela Geopolítica (Raffestin,

⁵ Sobre os indicadores de exclusão no processo de desterritorialização dos grupos sociais, como aponta Haesbaert (1997: 148), destacamos: o índice de mobilidade, o tempo de residência das famílias em um determinado lugar, o período de manutenção de um emprego e da condição de desempregado. Essas condições “se expande cada vez mais como produto da dinâmica sócio-econômica excludente deste final de século (...)”.

⁶ “(...) Dois dos grandes mitos da era moderna, os do progresso e o da revolução, demonstram bem essa “vocação para o novo” e a desterritorializa o que o acompanha: o mito do domínio irrestrito sobre a natureza e o mito da ruptura radical com o passado, rumo   “sociedade ideal” (onde todos os conflitos fossem definitivamente resolvidos). (Haesbaert: 1995: 180-181).

⁷ O precursor do conceito de território, Friedrich Ratzel, utilizou o termo na Geografia Política Clássica em fins do século XIX. A partir dos anos 60, devido as grandes transforma es na sociedade e nas ciências, o conceito   retomado e sua concep o dar-se-  de acordo com a escala que ele aparece e da postura metodológica adotada pelo pesquisador. Sua defini o extrapola as esferas políticas e econ micas de um determinado espaço.

1993), partimos de uma compreensão do território sob um prisma mais subjetivo, simbólico, de um espaço no qual o homem estabelece um vínculo afetivo, constrói sua história e concretiza suas relações e fatos sociais.

Seguindo este mesmo pensamento entendemos que a desterritorialização significa o rompimento dessas condições que, conforme mostra Haesbaert (1995:181) “pode ser tanto simbólico, com a destruição de símbolos, marcos históricos, identidades, quanto concreto, material - político e/ou econômico, pela destruição de antigos laços/fronteiras econômico-políticas de integração.”

A reterritorialização, por sua vez, é a forma encontrada pelo grupo de excluídos de reconstruir sua história, de estabelecer novamente as relações sociais, econômicas, políticas e efetiva no espaço que ele (re)conquistou.

A territorialização, portanto, refere-se à delimitação e exercício de poder em um determinado espaço. No caso deste ensaio enfocaremos o poder do capital em detrimento às antigas formas produtivas do Cerrado mineiro. A partir de sua atuação que os territórios políticos da população marginalizada do campo organizaram-se no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

Este fato fomentou as bases de organizações populares contra o modelo de desenvolvimento econômico adotado que, ao invés de promover a melhoria do bem-estar social das classes menos privilegiadas, provocou o agravamento das condições de vida no campo e nas cidades. Os desempregados do campo e da cidade unem-se em uma única identidade, a de ser *semi-terra*, e iniciam a marcha contra o domínio do latifúndio, a expropriação e exploração da mão-de-obra.

As manifestações em prol de uma reforma agrária justa e igualitária, garantia de acesso e permanência do homem simples na terra, foi a bandeira de luta dos movimentos sociais rurais. Estas pessoas têm agora um objetivo comum que é a busca pela cidadania e seus direitos de volta sobre a terra que lhes foi tirada.

2. A Superposição dos Territórios no Espaço Agrário do Cerrado Mineiro

Como podemos ver, nossa área de estudo destaca-se na história agrária brasileira e nela podemos encontrar diferentes grupos atuando em um mesmo espaço, sobre o qual procuram impor ou manter seus ideais e objetivos. As disputas territoriais acrescidas no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba mostram que ele caracterizou-se como um lugar de *alteridade*, conforme define

Claval (1999), onde identificamos outros diferentes territórios superpostos, comportando diversas territorialidades, produzindo conflitos entre os diferentes atores sociais. De acordo com Souza (1995: 94), o que ocorre com o território do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba é uma

uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes.

A exemplo, podemos identificar essa superposição através das territorialidades produzidas no Cerrado mineiro após a modernização da agricultura. A introdução das lavouras cafeeiras, responsáveis pelo novo arranjo paisagístico e produtivo na região supracitada, destaca-se na construção dessas territorialidades. Essa cultura substituiu as antigas formas camponesas e territorializou produtores capitalizados vindos, sobretudo, do Sul do país. Associado a este fato uma nova categoria de trabalhadores, antes inexistente. A categoria instalou-se no Cerrado definindo uma nova territorialidade de relações trabalhistas: o trabalho assalariado temporário.

Estes trabalhadores, a princípio vindos do Sul do país, vieram para suprir a escassez de mão-de-obra local na colheita do café e para fugir do desemprego na sua região de origem onde a cafeicultura encontrava-se, naquele período, em decadência. Nos anos 1990 essa categoria, principalmente no município de Araguari no Triângulo Mineiro e na mesorregião do Alto Paranaíba, fortaleceu-se com famílias de agricultores vindos dos Estados nordestinos do país, onde a agricultura de subsistência não era suficiente para atender às necessidades familiares (Pessoa e Silva, 1999).

Concomitantemente a este processo, a atuação dos sindicatos de trabalhadores rurais, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, foi um fator determinante à territorialidade dessa modalidade de trabalho e desses assalariados temporários na região. Organizados através do sindicalismo os trabalhadores do campo uniram-se para se livrar das garras exploratórias dos proprietários cafeicultores e fizeram do sindicato, juntamente com outras forças que os apoiavam (CPT – Comissão Pastoral da Terra e APR –

Animação Pastoral do Meio Rural, por exemplo), o território político da classe menos privilegiada do Cerrado agrário de Minas Gerais.⁸

Os cafeicultores, no entanto, ao se sentirem ameaçados pela expansão do território político dos trabalhadores, procuram coibir as reivindicações trabalhistas dessa mão-de-obra, ameaçando implantar e implantando a mecanização da colheita na lavoura cafeeira. Assim, amparados por um discurso capitalista sobre a necessidade de reduzir os custos e aumentar os lucros da produção, e ainda diminuir os desgastes burocráticos das relações trabalhistas entre empregado e empregador, os produtores vêm ampliando seu poder sobre estes trabalhadores e coagindo-os através da ameaça do desemprego.

Esta realidade nos mostra, portanto, que a mecanização das lavouras de café trata-se, na verdade, de mais uma das fases da territorialização do capital. O avanço da tecnologia na economia cafeeira retrata a ampliação do poder da classe mais abastada do cenário agrário do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a qual se faz à custa da desterritorialização de um segmento criada por ele próprio.

Dessa forma, pequenos produtores, posseiros, meeiros, arrendatários e, agora, trabalhadores rurais expropriados pela política modernizadora, ao resistirem a esse processo desterritorializante, refletiram o desejo e o poder de um grupo que não aceitavam o lugar que o grupo hegemônico havia-lhes colocado ao apropriar de seus territórios. Unidos por um objetivo comum – manter e/ou ampliar o seu território – encontraram na luta pela terra o mecanismo para o grupo exercer sua (re)territorialidade (Souza, 1994: 22). Este fato foi determinante para que explodissem as disputas territoriais e com elas a violência: “(...) parece que a guerra ou mesmo a violência em geral, é inclusive várias vezes um sintoma de *perda do poder*”⁹. (Souza, 1995: 78).

Neste contexto os movimentos sociais difundidos no cerrado mineiro naquele período representaram a constituição de uma identidade político-cultural daqueles que, contrariados com o sistema hegemônico imposto em seu território, unem suas forças para lutar contra a sua desterritorialidade.

⁸ Gonçalves (1999) chama a atenção para o papel dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras instituições na construção da identidade coletiva.

⁹ Grifo do autor.

Nesse caso a noção de identidade individual confunde-se com a identidade do grupo. Ao compartilharem as lutas e as reivindicações por uma vida melhor, os limites das identidades mesclam-se: não se sabe onde começa uma e termina a outra ou, conforme Claval (1999:18) “(...) na construção de suas identidades, elementos materiais, pertencimentos territoriais e valores são calcados sobre o mesmo plano.”

Segundo Porto e Siqueira (1997) os reflexos dos movimentos populares no cerrado resultaram, nos anos 1980, em uma série de discussões a respeito da questão agrária no Brasil e representou a mola propulsora da retomada da democratização da terra no país.

Estes debates culminaram na elaboração de propostas para amenizar os embates territoriais e as manifestações da classe social marginalizada do campo. A materialização dessas propostas se deu através da elaboração, em 1985, do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA (Oliveira, 1995). O PNRA, previsto no Estatuto da Terra de 1964, visava liquidar com a situação em que se encontrava o campo brasileiro, ou seja, driblar a eclosão de organizações de cunho político-social-ideológico de luta pela volta à terra representada, em sua grande maioria, pelas famílias desterritorializadas de seus meios de sobrevivência. O reflexo disso foi a territorialização dos milhares de assentamentos rurais instalados à custa da execução forçada de um política que aliviasse a demanda de uma reforma agrária imediata.

A meta estabelecida pelo PRNA “previa a desapropriação de 43.090.000 ha de terras e o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos (1985/1989).” (*Idem* 51). Entretanto nem mesmo com a criação do MIRAD – Ministério da Reforma Agrária o governo cumpriu seu propósito: “apenas 10% das metas do plano tinham sido atingidas, durante cinco anos de sua implantação.” (*Idem*)

O reflexo foi a territorialização, sobretudo na década seguinte, dos assentamentos rurais. Eles foram, e são, frutos de uma política assumida pelo governo para aliviar a demanda de uma verdadeira reforma agrária que tenha por objetivo a “justiça social e ao aumento da produtividade, através da melhor distribuição de terra e do estabelecimento de um bom sistema de relação entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra.” (Gomes da Silva, Biral e Porto, 1988: 27).

Em relação ao Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, os projetos de assentamentos rurais encontraram ali condições propícias para expandir. A

UDR – União Democrática Ruralista coagindo regionalmente os movimentos de luta pela terra e dificultando a democratização do acesso à terra, não foi o suficiente para que a ocupação de propriedades, os acampamentos e os assentamentos avançassem no espaço agrário local. Os primeiros assentamentos surgidos, na primeira metade dos anos 1980, foram nos municípios de Iturama¹⁰, Santa Vitória e Campo Florido, no Triângulo Mineiro. De lá para cá o número de assentamentos multiplicou sobremaneira, reforçando a categoria do novo campesinato no extremo oeste de Minas Gerais.

No Alto Paranaíba a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá e Região¹¹ foi responsável, a partir dos anos 1990, principalmente, pela organização e difusão de ocupações de terras e dos assentamentos rurais, corroborando hoje, com centenas de pessoas reterritorializadas em um total de 12 assentamentos¹².

Assim, a conquista da terra para os sem-terra, no contexto da crise agrária, foi a realização de parte do sonho dessa população que vivia à margem do direito da cidadania. A realização deste sonho como forma de assentamento significou a prática social de famílias inteiras em um espaço, tornado território, onde agora podem exercer seus modos de vida. Trabalhadores rurais e urbanos fazem do lote conquistado o palco de manifestações de suas experiências guardadas na memória, junto aos demais assentados. Eles compartilham e adquirem novos conhecimentos e transformam-se na nova categoria de agricultores familiares no espaço agrário do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

¹⁰ Atual município de Limeira do Oeste, antigo distrito de Iturama.

¹¹ A área de atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá e Região abrange nove municípios da microrregião de Araxá: Pedrinópolis, Perdizes, Ibiá, Campos Altos, Santa Juliana, Sacramento, Pratinha, Tapira e Araxá.

¹² Trabalho de campo realizado no período de 19 a 20 de dezembro de 2000. Esse total, no entanto, de acordo com o relatório do INCRA (09/02/2001), é de 11 assentamentos e eles aparecem sob a responsabilidade da FETAEMG – Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais.

3. A Característica do Novo Campesinato/Pequena Produção Familiar no Espaço Agrário Brasileiro

Primeiramente, ciente que se trata de um tema polêmico, a aproximação feita entre as categorias camponês e pequeno produtor foi baseada em argumentações de autores que reconhecem que ambos representam o contingente de agricultores familiares¹³. Não se trata, porém, de considerarmos o camponês com suas antigas estruturas históricas, cuja produção e atividades resumiam-se apenas para o interior da propriedade (Graziano da Silva, 1981). Hoje, em função do avanço das técnicas e das exigências do mercado, trata-se de um “novo camponês” influenciado pelos padrões produtivos e de consumo de seu tempo. Contudo, um camponês que ainda se encontra dependente da auto-exploração da força de trabalho familiar para continuar existindo e para preservar sua unidade produtiva.

Dessa reflexão entendemos que os trabalhadores assentados dos programas de Reforma Agrária brasileira constituem-se, de acordo com Porto e Siqueira (1997), uma categoria empírica construída pelos seus próprios atores sociais a partir dos dois conceitos matrizes: campesinato e pequena produção. O que os diferenciam das demais categorias familiares no campo – parceiros, meeiros, arrendatários, rendatários – deve-se ao fato de serem frutos de políticas específicas de assentamentos rurais adotadas pelo Estado face a pressões populares, cuja intenção é atender as reivindicações imediatas dos diferentes movimentos que lutam pelo acesso à terra (Fernandes, 1998).

Assim, diante dessas considerações é possível concordamos com a análise de Wanderley (1993: 30) ao afirmar que a reprodução da agricultura familiar no Brasil, ou a história do campesinato do país, “sempre esteve associado às lutas dos próprios agricultores”; e mais

A luta pela terra assume assim uma significação primordial, constituindo-se como uma espinha dorsal, norteando o conjunto dos comportamentos sociais, desde

¹³ O autor Chaianov (1981: 134), em argumentações sobre formas não-capitalistas de produção, refere-se à unidade familiar, em suas várias modalidades econômicas, como sendo formas de exploração camponesa ou artesã que, baseando-se apenas na força de trabalho de seus membros familiares, não empregam mão-de-obra assalariada.

as estratégias implementadas no âmbito familiar até os movimentos coletivos de abrangência mais geral.

Conforme apontamos no início deste ensaio, na epígrafe, apesar de ser um caminho trágico (acrescentamos a idéia de luta e violência) a conquista da terra por esses trabalhadores constitui em um resgate aos seus valores e de seus ideais. No caso, representa suas projeções enquanto os novos camponeses do espaço agrário brasileiro. Sua forma de organização, em grande parte das vezes liderada por movimentos e instituições ideologicamente e politicamente fortes – Movimento dos Sem-Terra – MST, Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST, Confederação dos Trabalhadores em Agricultura – CONTAG, Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR e Comissão Pastoral da Terra – CPT, mostra que os assentamentos estão se solidificando e construindo um modelo de agricultura familiar de importante representatividade no espaço agrário brasileiro.

Quanto à posição dos assentamentos como uma pequena propriedade familiar apontamos duas características importantes que contribuem para esse esclarecimento. A primeira delas diz respeito à subordinação dos assentados em relação ao capital, verificada através da venda de sua força de trabalho em períodos temporários. A segunda, refere-se à localização geográfica onde são instaladas suas propriedades, privadas, quase sempre, de possibilidades naturais insuficientes para serem produtivas.

Referindo-se às condições produtivas oferecidas aos pequenos produtores familiares, Graziano da Silva (1982: 130) afirma que “as precárias condições de existência do camponês obrigam-no a assalariar-se parte do ano em grandes propriedades”. Ou ainda, conforme Gorender (1994: 41-42), “na sua modalidade minifundiária mais pobre, a exploração camponesa constitui-se num viveiro de mão-de-obra assalariada temporária para os pequenos e grandes proprietários”.

Essa situação também se confirma entre os representantes das unidades familiares dos assentamentos rurais. Não raro encontramos esse “novo camponês” trabalhando na colheita das grandes lavouras nas proximidades de sua propriedade, ou mesmo se deslocando a outros lugares para vender sua força de trabalho. Observa-se também que as limitações naturais de sua propriedade, associada ao descaso do Estado em fornecer condições básicas para que o assentado reproduza-se social e economicamente no seu próprio lote, acarretam na necessidade desse

pequeno proprietário em complementar a renda familiar através de seu assalariamento temporário.

Nota-se, então, que as características naturais dos assentamentos são elementos importantíssimos à produção mínima de subsistência para esse agricultor familiar. A realidade mostra-se, porém, que quase todos os assentamentos rurais de programas de *reforma agrária* do governo estão em áreas cujas características naturais são agravantes das condições de vida da população assentada. Instalados em ecossistemas frágeis, além de contribuir para o aceleração da degradação ambiental (Ferreira, Fernández e Silva, 1999: 224), os assentados encontram barreiras que acabam dificultando seu ingresso em um contexto econômico mais dinâmico. Assim,

o assentamento de agricultores, na maioria em terras de baixa fertilidade natural e já relativamente degradados pelo uso intensivo e a erosão, o que empurra os assentados a se dedicarem essencialmente à produção de subsistência e à produção de alguns poucos produtos destinados à comercialização, tornando mais difícil a obtenção de recursos financeiros para o aumento da produtividade. (Almeida, 1999: 100).

Mesmo diante de tais desafios e da desistência de algumas famílias na permanência na terra, essas unidades familiares têm buscado estratégias para se fortalecerem enquanto produtores e se manterem na terra, sejam em forma de cooperativas e associações ou então se integrando às agroindústrias. Portanto, essa proposta é a única que se manifesta como uma estratégia de “caráter ideológico de classe nitidamente acentuado, pelo fato de que o mesmo se dirige a uma categoria social e produtiva específica: os pequenos agricultores familiares assentados.” (*Idem*: 101-102).

Contudo, mesmo sendo estas, aparentemente, maneiras mais “racionais” que possibilitem manter o grupo integrado, permitindo um crescimento conjunto equilibrado, para se concretizarem esbarram-se com um fato bastante limitante: romper com a individualidade de cada família.

Um assentamento é formado por pessoas diferentes que, como qualquer outra comunidade, possuem uma concepção de vida própria, possuem seus valores, hábitos e costumes individuais. Além disso, cada família com o acúmulo de suas experiências vividas procura na terra o palco para materializar seu modo de vida. Ou seja, além dos objetivos comuns

que levaram esses pequenos produtores se reterritorializarem, derrubando as cercas do latifúndio, cada assentado carrega consigo uma perspectiva de reprodução cultural e social que reflete, com certeza, na projeção de sua prosperidade econômica.

Enfim, este novo campesinato requer um olhar especial, ou seja calcado na concepção sobre as novas relações estabelecidas entre homem x homem, homem x natureza, homem x capital, capital x natureza. Assim, entendidas essas relações, encontrar medidas humanizadas (e não racionalizadas) na organização socioeconômica do assentamento. Enfim, procurar com assentados estratégias que permitam às famílias instaladas em um mesmo território exercer sua territorialidade, sem desencadear uma série de conflitos entre os companheiros assentados, que pode, inclusive, comprometer a consolidação desse novo campesinato.

4. Considerações Finais

Este ensaio nos mostra que a década de 1970 foi o marco dos conflitos entre os expropriados que viviam da agricultura familiar e aqueles que, amparados pelo Estado-capital, fixaram na região desmatando o Cerrado para nele projetar o progresso da modernização agrícola. Entendemos que para o Estado e o capital não havia sentido deixar essa porção permanecer ainda dominada por uma natureza primitiva, quase intacta. A inserção do pacote tecnológico e a introdução de culturas exóticas na região voltadas à exportação foram os produtos almejados por essa grande aliança.

Este processo solidificou-se através da modificação radical na natureza do Cerrado. Além disso, a maneira que expandiu o capitalismo no setor agrário do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi ainda mais trágica, pois não afetou apenas *as coisas da natureza*, como também *a natureza das coisas*. Ao se expandir no meio rural o capital não se atentou ao fato que este espaço não se tratava apenas de um mero bioma, ou uma reles porção de terra que produzia gênero alimentares na fronteira agrícola do país, como de fato parecia ser. Esta área, mais que isso, era também um lugar habitado por gerações de famílias, dotado de histórias vividas durante anos. Era o lugar onde o camponês, seja ele dono da terra ou não, identificava-se, encontrava seus valores e deixava fluir a subjetividade que a terra, o meio

de produção, representava para ele.

A terra, mais que um meio de produção, era também o *locus* da cultura dos pequenos produtores desta região. Nela o saber fazer e o saber adquirido representavam a base de sustentação da mão-de-obra familiar no campo. É na terra que estes indivíduos se sentiam libertos – se auto-governavam – e tinham autonomia em relação a quem, o quê, o como e o quanto produzir. E ainda, foi nessa terra que os pais de famílias injetaram esforços e se auto-exploraram para deixar às suas futuras gerações um futuro melhor.

Esses exemplos são apenas alguns dos elementos que corroboram com a territorialidade camponesa. Territorialidade que com a modernização da agricultura passou a ser ameaçada.

Pudemos ver que o capitalismo ao se expandir, desterritorializando do campo essa mão-de-obra familiar, acabou aumentando a massa de excluídos que já vivia nas cidades à margem da condição digna de sua reprodução social e econômica na sociedade e fortalecendo o *aglomerado humano de exclusão*, como chamou Haesbaert (1995 e 1997). A pressão vinda dessa situação culminou na organização dos movimentos sociais dos grupos de sem-terra no Cerrado mineiro, cuja atuação resultou na legitimação dos assentamentos rurais na região.

Esses assentamentos, resultantes das reivindicações dos movimentos dos sem-terra, expressaram a reterritorialidade do novo campesinato no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Foi nos anos 1980 que as conquistas materiais e políticas e a manutenção do simbólico começaram a efetuar-se porém, apenas nos anos 1990, em especial na segunda metade da década, que se fortaleceu o número de acampamentos e assentamentos na região. Com o apoio de instituições e dos movimentos populares de luta pela terra (STR, FETAEMG, APR, CPT, MST, MLST) – territórios políticos e ideológicos da população camponesa – esses novos pequenos produtores conquistaram um novo *pedaço de chão*.

Nesse sentido entendemos a (re)territorialização dos assentados de programas de Reforma Agrária como uma nova tendência da agricultura familiar difundida no solo (*im*)produtivo brasileiro. Traçando algumas características que enquadram esses trabalhadores na figura do “*novo camponês*”, cuja base produtiva baseia-se fundamentalmente na exploração da mão-de-obra familiar e que a produção, quando suficiente, destina-se à

subsistência da família, é que justificamos a reterritorialização do campesinato no Cerrado mineiro.

Trata-se, portanto, de um resultado consolidado na retomada da coletivização da agricultura à custa de lutas e embates, queremos dizer, é o reflexo da situação de desigualdades imposta pela hegemonia do poder do capital na sociedade agrária brasileira nas últimas décadas do século XX.

TERRITORIALIDADE E DESTERRITORIALIDADE: OS ASSENTAMENTOS RURAIS E A RETERRITORIALIDADE DO CAMPESINATO NO ESPAÇO AGRÁRIO DO CERRADO MINEIRO

Resumo: As mudanças ocorridas nas relações produtivas e sociais do espaço agrário brasileiro, a partir de 1980, expulsaram do campo antigas famílias de pequenos produtores/camponeses. A saída da terra representou a perda do território de reprodução socioeconômica e cultural de parte da população camponesa do Brasil. No Cerrado, em específico no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, esse fato comprova-se em função da territorialização do capital, via programas de modernização agrícola, com a evasão das pequenas propriedades, pelo aumento do desemprego no campo e pela mobilidade territorial da população marginalizada. A combinação desses processos germinou os conflitos sociais no extremo oeste do agro mineiro e territorializou os assentamentos rurais na região. Fruto de política específica, advinda da pressão dos trabalhadores excluídos e marginalizados, os assentamentos consolidam-se como o retorno do campesinato no Cerrado e tornam-se palco da reterritorialização cultural das famílias assentadas.

Unitermos: Modernização da Agricultura/ Território/ Identidade, Campesinato/ Pequena Produção/ Assentamentos Rurais

TERRITORIAL IDENTITY AND TERRITORY LOSS: THE RURAL ESTABLISHMENTS AND THE NEW TERRITORY OF THE SYSTEM PEASANT'S THE AGRARIAN SPACE OF THE CERRADO

Abstract: The changes happening in the productive and social relationships of the Brazilian agrarian space, starting from 1980, expelled of the field old families of small producers / peasants. The exit of the earth represented the loss of the territory of socioeconomic and cultural reproduction of the population peasant's from Brazil part. In him Cerrado, in specific in the Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, that fact is proven in function of the fixation of the capital, through programs of agricultural modernization, with the escape of the small properties, for the increase of the unemployment in the field and for the territorial mobility of the marginalized population.. The combination of those processes germinated the social conflicts in the extreme west of the mining agriculture and it implanted of the rural habitations in the area. Result of specific politics, originated of the excluded workers pressure and left sideways, the rural habitations consolidate as the system peasant's return in it Savanna and they become stage of the return of the cultural power of the seated families.

Key words: Modernization of the Agriculture/ Territory/ Identity/ System Peasant's/small Production/ Rural Habitations.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jalcione, Os assentados e a cooperação agrícola. In: _____. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 98-104.

CHAIANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. Traduzido por Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n. 2, 1999. p. 7-26.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias et al. *Geografia, conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 15-47.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e Corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton et al. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Que reforma agrária? In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 14, 1998. Presidente Prudente, *Anais...* Presidente Prudente: DGFCT/UNESP, p. 23-30.

FERREIRA, Eudson de Castro; FERNÁNDEZ, Antonio João Castilon; SILVA, Evande Praxedes da. A reconstrução dos assentamentos rurais em Mato Grosso – motivações, origens e trajetória dos assentados/organização social e sistemas produtivos. In: MEDEIROS, Leonilde Servalo de; LEITE, Sérgio (Org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticos*. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade/UFRS/CPDA, 1999. p.197-228.

FRÉMONT, Armand. O espaço vivido. In: _____. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina, 1980. p. 241-263.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A territorialidade Seringueira: Geografia e movimento social. *Geographia*. Revista de Pós Graduação em Geografia da UFF, Niterói/RJ, UFF/EDD, ano 1, n. 2, 1999. p. 15-44.

GOMES DA SILVA, José. *Caindo por terra: crise da Reforma agrária na Nova República*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo do campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994. p. 15-44.

GRAZIANO DA SILVA, José. A pequena produção e as transformações na agricultura. In: _____. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 126-141.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. *Geografia, Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 165-205.

_____. Desterritorialização e aglomerados humanos: a exclusão do campo e na cidade. In: _____. *Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste*. Niterói-RJ: Editora da UFRJ, 1997. p. 143-155.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar I: comparação Internacional – Uma realidade multiforme*. Traduzido por Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

LINHARES, Maria Yedda Linhares; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições da agricultura. In: *Boletim de Geografia e Teórica*, 25 (49-50), 1995, p. 15-58.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: UFG, 1999.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; SILVA, Paula Junqueira da. *O Café e a Soja na (re)organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*. Uberlândia: UFU/CNPq, 1999. (relatório de pesquisa).

PORTO, Maria Stela Grossi; SIQUEIRA, Deis Elucy. A pequena produção

SILVA, Paula Junqueira da. *Territorialidade e Desterritorialidade: Os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro*. Boletim Goiano de Geografia, 21 (2): 83-101. jul./dez. 2001.

no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). *Politizando a tecnologia no campo Brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 25-49.

RAFFESTIN, Claud. *A Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SIQUEIRA, Deis Elucy. A participação da pequena produção na agropecuária brasileira: a discussão inacabada. In: PORTO, Maria Stela Grossi (Org.). *Politizando a tecnologia no campo Brasileiro: dimensões e olhares*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p. 41-55.

SOUZA, Carlos Henrique Lopes de. *Elementos para a compreensão da territorialidade Camponesa na Amazônia: a experiência dos trabalhadores rurais em Araras e Ubá (Pará)*. 1994 (Dissertação de Mestrado). Recife. UFPE

SOUZA, José Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia. Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995. p. 77-116.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar II: comparação Internacional – Do mito à realidade*. Traduzido por Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

